

O conselho escolar na realidade de São Raimundo Nonato-PI: um estudo de caso em uma escola da rede estadual

The school council on the reality of São Raimundo Nonato-PI: a case study in a public school

El consejo escolar en la realidad de San Raimundo Nonato-PI: un estudio de caso en una escuela de la red estatal

Givanildo da Silva¹
Juliária Pereira Magalhães²

Citação: SILVA, G.; MAGALHÃES, J. P. O conselho escolar na realidade de São Raimundo Nonato-PI: um estudo de caso em uma escola da rede estadual. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 21. Novembro de 2018.



<http://10.5380/jpe.v12i0.60451>

Resumo:

O objetivo do texto é compreender a organização, os limites e as tensões do Conselho Escolar (CE) em uma escola da rede estadual do Piauí, no município de São Raimundo Nonato. A metodologia foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com características descritiva e interpretativa. A técnica de coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas com dois membros titulares do CE, e foi realizada, então, a análise de conteúdo dos depoimentos. Os principais resultados apontaram que: a) o CE realiza as reuniões periódicas para cumprir com o seu papel de órgão máximo da escola; b) a principal função desenvolvida pelo CE está relacionada à gestão financeira, desconsiderando às demais dimensões; c) há pouco entusiasmo da comunidade local e escolar para participar do CE; e, por fim, d) o CE é visto como um mecanismo de organização da escola, sendo necessário investir na formação continuada para os conselheiros, a fim de que compreendam a relevância de sua função.

Palavras-chave: Conselho Escolar; Gestão Democrática; Participação.

¹ Professor da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Campus Serra da Capivara. Colegiado de Licenciatura em Química. E-mail: givanildopeduful@gmail.com.

² Professora da rede municipal de Anísio de Abreu - Piauí. Licenciada em Biologia pela Universidade Estadual do Piauí. Graduanda em Licenciatura em Química pela UNIVASF. E-mail: juliaria.pereira@gmail.com.

Abstract: The objective of the text is to understand the organization, limits and tensions of the School Council (SC) in a school of the state network of Piauí, in the municipality of São Raimundo Nonato. The methodology developed was through a qualitative approach, a case study type, with descriptive and interpretative characteristics. The technique of data collection was done through semi-structured interviews with two members of the SC and a content analysis of the testimonies was performed. The main results indicated that: a) the SC holds periodic meetings to fulfill its role as the maximum body of the school; b) the main function developed by the SC is related to financial management, disregarding the other dimensions; c) there is little enthusiasm from the local and school community to participate in the SC; and, finally, d) the SE is seen as a mechanism of organization of the school, and it is necessary to invest in the continuous formation for the advisers, so that they understand the relevance of its function.

Keywords: School Board; Democratic management; Participation.

Resumen:

El objetivo del artículo es comprender la organización, los límites y las tensiones del Consejo Escolar (CE) en una escuela de la red estatal de Piauí, en el municipio de São Raimundo Nonato. La metodología fue desarrollada por medio de un abordaje cualitativo, del tipo estudio de caso, con características descriptiva e interpretativa. La técnica de recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas con dos miembros titulares del CE, y se realizó el análisis de contenido de los testimonios. Los principales resultados apuntaron que: a) el CE realiza las reuniones periódicas para cumplir con su papel de órgano máximo de la escuela; b) la principal función desarrollada por el CE está relacionada con la gestión financiera, desconsiderando a las demás dimensiones; c) hay poco entusiasmo de la comunidad local y escolar para participar del CE; y, por último, d) el CE es visto como un mecanismo de organización de la escuela, siendo necesario invertir en la formación continuada para los consejeros, a fin de que comprendan la relevancia de su función.

Palabras clave: Consejo Escolar; Gestión Democrática; Participación.

Introdução

A construção dos espaços democráticos na escola se fundamenta no diálogo participativo como método de desenvolvimento de respostas às demandas surgidas no dia a dia escolar. A participação fortalece relações e organiza atitudes e qualidades psicológicas nos sujeitos, no sentido de comprometerem-se com os objetivos da escola [...] Em especial no Conselho Escolar, a participação dos sujeitos de forma efetiva é requisito fundamental para ser considerado atuante (LUIZ; GOMES, 2014, p. 23).

O Conselho Escolar (CE) é o órgão máximo de decisão das escolas públicas (RISCAL, 2010). Esse mecanismo de viabilização da gestão escolar está regulamentado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206, inciso VI, quando destaca a gestão democrática como concepção a ser vivenciada nas escolas públicas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 14, destaca que essa concepção de gestão escolar vai ser vivenciada por meio da construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) e da participação de todos os segmentos no CE.

O Plano Nacional de Educação 2014/2024, Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, em sua meta 19, também destaca a concepção de gestão democrática como o direcionamento das práticas organizativas, evidenciando o CE como uma das

possibilidades de efetivação para a concretização da participação dos diferentes segmentos no cenário da escola pública. De acordo com os estudos de Ramos (2014, p. 14), o CE reafirma, tanto nos aparatos legais como nas práticas vinculadas a sua função e atuação, “a gestão democrática nas escolas públicas que tem no estabelecimento de seus mecanismos legais a participação política da população como um de seus pilares, ou seja, a participação da comunidade que é tida como condição à democratização”.

Dentre os diversos mecanismos de vivência de consolidação da gestão democrática na escola pública, a ação efetiva do CE destaca-se como um elemento relevante nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, isso porque o CE tem o papel de contribuir no processo organizativo de todas as dimensões da escola, possibilitando que diferentes segmentos estejam envolvidos nos aspectos globais da organização escolar. Dentro desse contexto, percebe-se a importância da existência do CE, pois suas ações apresentam benefícios de responsabilidade por um espaço educativo público de boa qualidade.

Os diferentes cenários que as redes municipal, estadual e distrital apresentam sinalizam os desafios da vivência ativa do CE, condicionando, em muitas situações, uma limitação na organização da escola e das práticas educativas. Na visão de Riscal (2010, p. 31), é necessário incentivar as distintas organizações da sociedade civil, com a finalidade de contribuir com a escola pública na luta por melhores condições de acesso e de permanência, pois “o fortalecimento dos mecanismos de controle por meio da criação de instâncias de deliberação e consulta aglutinariam representantes dos interesses diretamente envolvidos, como também de entidades da sociedade civil, provedores de serviços e beneficiários”. Nessa perspectiva, o objetivo do texto é compreender a organização, os limites e as tensões do CE em uma escola da rede estadual do Piauí, no município de São Raimundo Nonato.

A metodologia desenvolvida foi por meio de uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com características descritiva e interpretativa, objetivando compreender a problemática no contexto sócio-histórico (FLICK, 2009). Na concepção de Guerra (2006), por meio dessa abordagem, espera-se apreender as principais concepções das vivências cotidianas do espaço em análise, assim como perceber os desafios e os dilemas que perpassam o referido espaço.

Foi utilizada ainda a revisão da literatura para contribuir na compreensão dos principais aspectos da discussão e fundamentar as análises, por meio de um campo

categorial. A pesquisa documental foi um instrumento para a compreensão das questões postas, em especial ao que diz respeito aos dispositivos normativos da educação. A técnica de coleta de dados aconteceu por meio de entrevistas semiestruturadas e foi realizada análise de conteúdo dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, na perspectiva de Bardin (2002).

Participaram do estudo duas profissionais da escola, membros titulares do CE — a gestora e uma professora —, as quais foram importantes interlocutores para a compreensão dos aspectos abordados no estudo. O critério de escolha das profissionais se deu por serem membros atuantes e conhecerem a realidade da escola e do CE há muito tempo. Foram realizadas três visitas à instituição. A primeira foi uma apresentação da proposta e as demais, a realização das entrevistadas com as participantes, em momentos diferentes, a fim de não ter intervenção nas respostas de cada uma das integrantes.

O texto é composto por três partes que se completam, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a gestão democrática e os mecanismos de participação, fundamentos que dialogam com a viabilidade do CE. Na segunda, são destacados os princípios, as referências e as implicações do CE para a escola pública. Na terceira e última parte, são apresentados os resultados do estudo de caso realizado em uma escola na rede estadual do Piauí, por meio das vozes de dois membros do CE (gestora e professora).

A gestão escolar democrática e os mecanismos de participação

A gestão democrática é uma concepção de gestão escolar pautada na luta dos movimentos sociais e educadores na década de 1970, a qual tinha como princípios a possibilidade de autonomia, de participação e de descentralização nas esferas públicas, destacando-se a escola pública. As referências de lutas e de tensões para a conquista desse paradigma de gestão escolar foi viabilizado no processo de debate para a aprovação da Constituição Federal de 1988.

A década que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi propícia para momentos de lutas e de reivindicações pela construção de espaços coletivos, os quais tivessem a população como centro no processo das decisões. Alguns movimentos da sociedade fizeram pressão por participações efetivas nos espaços sociais, destacando-se a escola. Os movimentos sociais, diante do paradigma

estabelecido nas instituições escolares, sentiram a necessidade de lutar em prol da participação dos agentes que compõem esses espaços, em especial os estudantes, os pais e a comunidade local. Em suas pautas de reivindicações, percebia-se a carência da sociedade de práticas democráticas, com ênfase na necessidade de decisão e de escolha coletiva.

Minto (2010, p. 180) destaca que na década de 1980 houve avanços em relação às políticas educacionais, destacando-se a administração escolar:

No que diz respeito à administração escolar, as reivindicações referiam-se sobretudo à democratização dos instrumentos de gestão, sinteticamente, as bandeiras mais importantes eram:

1. Descentralização administrativa e pedagógica;
2. Gestão participativa da educação;
3. Eleições diretas (com voto secreto) para dirigentes de instituições de ensino;
4. Constituições de comissões municipais e estaduais da educação autônomas e amplamente compostas para acompanhamento e atuação de políticas educativas;
5. Supressão do Conselho Federal de Educação, de cunho marcadamente privatista;
6. Instituição de colegiados escolares, eleitos pela comunidade, com o intuito de frear arbitrariedades perpetradas pela administração do sistema e da escola.

Percebe-se, na pauta de reivindicações dos movimentos organizados, a construção de uma sociedade de que todos participassem e tivessem poder de decisão, o envolvimento de todas as classes na luta por uma sociedade justa e igualitária. Em relação à organização da escola, criou-se uma nova visão do gestor escolar, um profissional que deveria ser eleito pela comunidade, tendo um grupo que contribua na tomada de decisão, bem como tenha responsabilidades não só com a administração da escola, mas com toda prática pedagógica. Nessa perspectiva, surge um novo perfil para o dirigente do espaço educativo, destacando-se a descentralização de seu papel, por meio da participação de outros atores.

Os estudiosos e pesquisadores da educação também deram importantes contribuições no processo de discussão e de reflexão sobre o direcionamento da educação brasileira a ser enfatizado na Carta Magna. Em 1986, na cidade de Goiânia, no estado de Goiás, aconteceu a IV Conferência Brasileira de Educação (CBE), cujo tema foi “A Educação e a Constituinte”, na qual foi estabelecida uma carta denominada de “Carta de Goiânia”. Nesse instrumento, havia destaque para todas as dimensões da educação e “representou um movimento de convergência pela mobilização em prol da

democratização da educação pública, destacou um conjunto de princípios orientadores da edificação do projeto defendido" (NARDI, 2015, p. 479).

No âmbito da gestão escolar, dois princípios foram destacados, na Carta de Goiânia, objetivando contribuir com o processo de organicidade da gestão na escola pública:

19. O Estado deverá garantir à sociedade civil o controle da execução da política educacional em todos os níveis (federal e municipal), através de organismos colegiados, democraticamente constituídos;

20. O Estado assegurará formas democráticas de participação e mecanismos que garantam o cumprimento e o controle social efetivo das suas obrigações referentes à educação pública, gratuita e de boa qualidade em todos os níveis de ensino (CARTA DE GOIÂNIA, 1986, p. 9-10).

Assim, iniciou-se uma nova época de reivindicações com objetivo de democratizar a escola pública brasileira. A partir das lutas e dos conflitos dos movimentos organizados por uma escola pública de boa qualidade, na qual todos pudessem participar e sentir-se sujeitos democráticos em suas ações. Nesse contexto, surgiram movimentos que lutaram, em frente ao Congresso Nacional, por leis que viabilizem oportunidades e direitos, de que todos pudessem participar e tomar decisões coletivas para a sociedade e os espaços públicos. Durante o processo de construção da atual LDB/1996, os mesmos princípios enfatizados na Carta de Goiânia serviram de base para a elaboração da primeira versão do projeto, discutidos pela sociedade civil e suas diferentes organizações, os quais foram resultado das discussões desenvolvidas na V CBE em 1988 com o tema "A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" (SAVIANI, 2018).

A participação dos diferentes segmentos no cenário da escola e, em especial, na tomada de decisões, foi uma das pautas que se tornaram referência no âmbito das políticas educacionais pós-1988, mediante a necessidade de que todos pudessem ser partícipes do processo de escolha, de avaliação e de construção de itinerários organizativos das instituições educativas. De acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, pp. 450-451):

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas das escolas, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

Os mecanismos de participação no âmbito da gestão escolar são diversos, a depender da concepção de gestão que é vivenciada em cada escola, isso porque as redes de ensino organizam suas políticas locais, e entre elas está o processo de escolha de gestor e o modo de condução das práticas educativas. No entanto, cabe fazer a ressalva de que a gestão democrática, por meio da participação dos diferentes segmentos, é a dimensão mais viável para que a comunidade possa estar inserida no contexto da escola, bem como consiga, através da vivência participativa, contribuir com as problemáticas locais.

Na perspectiva de Luiz e Gomes (2014), a gestão é a dimensão escolar que pode construir com práticas de mediação entre a escola, a comunidade e a família, nas múltiplas dimensões escolares. Assim, destacam-se as atividades de natureza pedagógica; reflexões e análises sobre o desenvolvimento de aprendizagem das classes e salas que é relativa à vida acadêmica dos estudantes; soluções para as demandas concretas do dia a dia escolar. Os espaços de construção do diálogo e das decisões como as reuniões do Conselho de Classe e do CE; reuniões da Associação de Pais e Mestres; grêmio estudantil, tornando-se ambientes nos quais possibilitam a oportunidade de estimular a participação nas práticas cotidianas, muito embora isso não signifique uma vivência de forma simples. A busca pela gestão democrática no ambiente escolar implica em um caráter contínuo, ou seja, é um processo que se inicia diariamente (LUIZ; GOMES, 2014).

Os pesquisadores Luiz e Gomes (2014, p. 22) salientam que:

A gestão escolar democrática deve auxiliar na melhoria do ensino e aprendizagem, possibilitando que os estudantes tenham acesso e permanência com qualidade na escola pública. Constitui-se em três princípios básicos: descentralização – com decisões baseadas no diálogo e na negociação; participação – todos os envolvidos no dia a dia escolar devem participar da gestão; e transparência – toda e qualquer decisão e ações a serem realizadas devem ter caráter público.

Por meio dos apontamentos dos pesquisadores, percebe-se a dimensão que a gestão escolar abrange e a responsabilidade que esta tem para com todo o processo organizativo da escola, em especial, o acesso e a permanência com qualidade dos estudantes na escola pública (LUIZ; GOMES, 2014). Cabe destacar que a luta e as tensões que são vivenciadas no dia a dia da escola é um desafio para os profissionais que compõem a escola, sendo necessário o compartilhamento das decisões e do processo de escolha e itinerários formativos e políticos, com a finalidade de que os diferentes

segmentos e movimentos locais possam participar na construção do projeto de educação e de sociedade planejado pela comunidade na qual a escola está inserida.

É válido enfatizar que no contexto da participação não terão apenas consensos entre os envolvidos, existirão também os conflitos, os quais são relevantes no processo democrático. O que deve estar em pauta é a pedagogia do diálogo, a empatia e a garantia de expressão de diferentes formas, tendo como objetivo a construção de um projeto educativo que seja condizente com a proposta pedagógica de cada escola. De um modo geral,

Para que a participação seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis, ou seja, é preciso repensar a cultura escolar e os processos, normalmente autoritários, de distribuição do poder no seu interior. Dentre os meios e as condições destacam-se, ainda, a importância de garantir: infraestrutura adequada, quadro de pessoal qualificado, apoio estudantil. Outro dado é entender a participação como um processo a ser construído coletivamente. Nessa direção é fundamental ressaltar que a participação não se decreta, não se impõe e, portanto, não pode ser entendida apenas como mecanismo formal/legal (BRASIL, 2004, p. 17).

Compreende-se o processo participativo como um desafio no contexto da escola pública e das redes de ensino porque os diferentes segmentos não têm formação para dialogar, compreender e lutar por espaços democráticos. Outro destaque que é válido apresentar é a cultura autoritária da escola, uma vez que a abertura para o envolvimento de todos os participes nos processos decisórios e organizativos ainda é recente, pós-1988, sendo um exercício diário no chão da escola e nos demais espaços que demandem representatividade.

Nesse cenário, a vivência de decisões compartilhadas na qual haja o fortalecimento de participação dos familiares, dos estudantes, dos diferentes profissionais e da comunidade local contribui para a experiência da gestão democrática, defesa de concepção de gestão escolar posta nos dispositivos legais (CF/1988; LDB/1996; PNE 2014/2024), configurando-se como paradigma indicado para as escolas públicas brasileiras, vista como a possibilidade de construção de uma educação emancipatória e inclusiva.

O Conselho Escolar: princípios, referências e implicações

Os Conselhos de Educação (Conselho Escolar, Conselho da merenda, Conselho do FUNDEB³) são mecanismos que evidenciam a perspectiva da participação e da representatividade nas instâncias e nas organizações políticas e sociais. Esses, por sua vez, apresentam diferentes funções, as quais são atribuições desempenhadas por seus partícipes, a fim de contribuir com a melhoria do processo organizacional. Conselho vem do latim, *consiliun*, apropriado para a reunião de um grupo de pessoas que ouve, discute, delibera, após consenso, sobre determinado assunto.

As atribuições dos Conselhos estão divididas nas funções deliberativa, consultiva, fiscal e mobilizadora, sendo estas atividades a serem desempenhadas pelos conselheiros de modo que os Conselhos possam atuar em sua forma integral, em todas as instâncias. De um modo geral, essas funções podem ser exemplificadas com as seguintes características:

Deliberativas: quando decidem sobre o projeto político-pedagógico e outros assuntos da escola, aprovam encaminhamentos de problemas, garantem a elaboração de normas internas e o cumprimento das normas dos sistemas de ensino e decidem sobre a organização e o funcionamento geral das escolas, propondo à direção as ações a serem desenvolvidas. Elaboram normas internas da escola sobre questões referentes ao seu funcionamento nos aspectos pedagógico, administrativo ou financeiro.

Consultivas: quando têm um caráter de assessoramento, analisando as questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentando sugestões ou soluções, que poderão ou não ser acatadas pelas direções das unidades escolares.

Fiscais (acompanhamento e avaliação): quando acompanham a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras, avaliando e garantindo o cumprimento das normas das escolas e a qualidade social do cotidiano escolar.

Mobilizadoras: quando promovem a participação, de forma integrada, dos segmentos representativos da escola e da comunidade local em diversas atividades, contribuindo assim para a efetivação da democracia participativa e para a melhoria da qualidade social da educação (BRASIL, 2004, p.41).

Apenas o respaldo na LDB e o discurso sobre a gestão democrática não poderá assegurar a implantação e a consolidação do CE nas instituições de ensino. Para a efetivação dos mecanismos de participação, é indispensável a descentralização do poder, a participação ativa dos atores envolvidos, a abertura ao diálogo, a reorganização do órgão visando uma atuação pedagógica, uma composição democrática de escolha, entre outras. Do contrário, se torna incapaz de materializar suas atribuições consultivas,

³ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

deliberativas, fiscais e mobilizadoras transformando-se em um mecanismo de burocratização, no qual não ocorrem as práticas coletivas nas instituições educativas e, consequentemente, a gestão democrática (LUIZ; GOMES, 2014).

Os CEs configuram-se como espaços de participação da comunidade local e escolar (diretores, professores, funcionários, comunidade, pais, alunos), sendo importantes mecanismos na luta contra as relações centralizadoras e autoritárias da história política e educacional. Logo, para o desenvolvimento de um ensino de qualidade e a consolidação da gestão democrática na escola pública, torna-se indispensável sua execução nas escolas.

O colegiado⁴ é um instrumento para constituir o espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. O regimento escolar, por exemplo, é a referência legal básica para o funcionamento da escola, portanto, precisa ser construído coletivamente e com autonomia. Nessa lógica, quanto mais ativa e ampla for a participação dos membros do CE na vida da escola, maiores serão as possibilidades de fortalecimento desse mecanismo de participação e decisão coletiva.

O CE é uma instância colegiada que possibilita consolidar a direção em que a escola deve trilhar a partir de uma abordagem diferenciada e única sobre o papel da escola e a forma de solucionar os problemas do seu cotidiano, assim permite a discussão e a resolução dos conflitos e das problemáticas escolares e favorece a cogestão escolar nas decisões cotidianas (AGUIAR, 2009). Os CE têm por objetivos:

- I- Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas;
- II - apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares;
- III - instituir políticas de indução para implantação de conselhos escolares;
- IV- promover, em parceria com os sistemas de ensino, a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação a distância;
- V - estimular a integração entre os conselhos escolares;
- VI - apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade;
- VII - promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação (BRASIL, 2004, p. 7).

O CE torna-se um instrumento para a democratização dos processos decisórios, possibilitando a implementação de uma cultura de participação nas instituições de

⁴ Compreende-se o colegiado como órgão máximo da escola, logo o Conselho Escolar é tido como o órgão de caráter maior das decisões administrativas, pedagógicas e financeiras.

ensino, por meio do aprendizado coletivo e do compartilhamento do poder. Em razão disso, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) criou o “Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares”, em 2004, buscando implantar e consolidar os objetivos do CE nas escolas públicas de educação básica no Brasil (BRASIL, 2004).

Por meio desse programa impõem-se inúmeros desafios manifestados nas políticas educacionais e na comunidade escolar para a implantação e o fortalecimento dos CE. Dentre esses, a LDB, por exemplo, que respalda a gestão democrática na escola pública, mas não menciona diretrizes e parâmetros para sua efetivação. Assim, as instituições de ensino não têm a responsabilidade de promover a participação da comunidade em conselhos e equivalentes, uma vez que cada rede de ensino tem a autonomia para a sua implantação, a partir de seus princípios educacionais (LUIZ; GOMES, 2014).

Quando a escola assume o compromisso de materializar a gestão democrática, surgem inúmeras dificuldades em mobilizar os sujeitos e contar com sua efetiva participação, como a falta de informações sobre o que é o conselho, a falta de tempo e o descredito em relação às contribuições da atuação dos conselhos. Outro desafio é o foco principal dos Conselhos, o qual na maioria das vezes está nas questões administrativo-financeiras, desarticuladas do pedagógico. Isso compromete a finalidade do CE em oferecer uma formação integral para os partícipes do processo escolar.

Além disso, há as relações de poder e a falta de diálogo no ambiente escolar. Comumente, a equipe gestora detém o poder decisório e acaba coibindo e/ou não possibilitando oportunidades para a fala dos demais membros do CE. Diante disso, ocorre pouca participação e transparência nas decisões. O diálogo é um requisito, nos processos democráticos, para contrapor-se ao poder, e deve ser compreendido como condição para a construção do conhecimento ou na problematização dos conteúdos de saber; ou, na perspectiva crítica política-ideológica, em que se requer o diálogo para o processo de tomada de decisões e de definição do PPP de uma instituição educativa (BOUFLEUER; CATANI, 2001)

De acordo com Paro (2001), Gutierrez e Catani (2001) as fragilidades dos CEs são diversas, destacando-se: a centralização das decisões e/ou tomadas como medidas isoladas, relações conflituosas, resistências por parte da comunidade e desvalorizando as diferenças culturais, fraca participação, falta de publicidade das decisões tomadas em reuniões. Logo, empregar o CE como um mecanismo em prol da democratização

pressupõe a participação ativa da comunidade nas decisões dos assuntos da escola, descentralizando o poder e a abertura ao diálogo no encaminhamento da prática social.

O Conselho Escolar: um estudo de caso na rede estadual do Piauí

A Rede Estadual de Educação do Piauí é composta por vinte e uma (21) Gerências Regionais de Ensino (GRE). A pesquisa foi desenvolvida em uma escola da 13^a GRE, a qual tem sede no município de São Raimundo Nonato, cidade polo da região. A 13^a GRE possui 24 escolas, distribuídas nos municípios de Anísio de Abreu, Bonfim do Piauí, Caracol, Coronel José Dias, Dirceu Arcoverde, Dom Inocêncio, Fartura do Piauí, Guaribas, Jurema, São Braz do Piauí, São Lourenço do Piauí, São Raimundo Nonato e Várzea Branca.

A referida escola fica localizada no centro da cidade, sendo a única da 13^a GRE a ofertar o Ensino Médio na Educação Profissional. O Centro Estadual de Educação Profissional Gercílio de Castro Macêdo — CEEP Gercílio de Castro Macêdo — foi criado por meio da Lei nº 3.647 de 17 de maio de 1979, com o intuito de atender os alunos do 2º grau na modalidade Normal. Em 1988, inseriu-se a modalidade de Ensino Médio Regular. Inicialmente a instituição era denominada Escola Normal Gercílio de Castro Macêdo, mas a partir de 2007 houve alteração para Centro Estadual de Educação Profissional Gercílio de Castro Macêdo.

Procurando alcançar o objetivo da Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC), foi implantada a modalidade de Educação profissional, na qual é ofertado o Ensino Médio na Educação Profissional. O centro de ensino começou a oferecer cursos técnicos autorizados e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação do Piauí em quatro eixos tecnológicos: 1 — Eixo tecnológico de Ambiente e Saúde (cursos de Meio Ambiente, Agente Comunitário de Saúde e Enfermagem); 2 — Eixo tecnológico de Segurança (curso de Segurança do Trabalho); 3 — Eixo tecnológico de Gestão e Negócios (cursos de Administração, Contabilidade, Comércio e Secretariado); 4 — Eixo tecnológico Hospitalidade e Lazer (cursos de Eventos, Hospedagem e Serviços de Restaurante e Bar); 4 — Eixo tecnológico de Informação e Comunicação (cursos de Informática, Suporte e Manutenção em Informática e Redes de Computadores e Suporte).

Nos dias atuais, a escola disponibiliza doze cursos profissionalizantes, sendo distribuídos nos eixos tecnológicos mencionados acima, com exceção dos cursos de

Contabilidade (eixo de Gestão e Negócios), Eventos e Serviços de Restaurante e Bar (eixo de Hospitalidade e Lazer). Desses doze cursos profissionalizantes, dez são integrados ao nível médio e dois pertencem a modalidade do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Além disso, há três turmas que ainda funcionam com o Ensino Médio Regular, como anexo da escola na zona rural do município (São Raimundo Nonato), no povoado de São Vítor. No total, são vinte quatro turmas, funcionando vinte e uma na zona urbana e três na zona rural.

Com relação aos docentes, atualmente há setenta e sete profissionais atuando na escola. Desses, vinte e nove são professores efetivos e quarenta e oito são substitutos, os quais atuam nas disciplinas específicas e/ou no ensino médio regular dos diferentes eixos tecnológicos conforme sua área de atuação. Para o desenvolvimento das atividades, a escola contém equipamentos de multimídia, um laboratório de informática, uma quadra de esporte, bem como uma biblioteca, uma secretaria, uma sala dos professores, dez salas de aula, uma cantina, um banheiro masculino e um feminino para os discentes, um banheiro para os demais funcionários. Além disso, um sistema de câmeras de segurança, distribuído pelos diversos ambientes da escola, com exceção nas salas de aulas e nos banheiros.

As duas participantes da pesquisa são profissionais efetivas da rede estadual do Piauí. A professora atua na escola há três anos e meio; a gestora esteve como diretora adjunta durante quatro anos e está como diretora geral há aproximadamente um ano. As participantes estão como membros titulares do CE há um ano. Em seus depoimentos, foi possível perceber algumas questões que marcam o processo de compartilhamento das decisões e das responsabilidades, destacando-se os desafios da participação dos diferentes segmentos como membros ativos do CE.

Acerca do funcionamento do CE na escola, as participantes destacaram:

O CE funciona com reuniões periódicas (mensais e/ou bimestrais), ou ainda sempre que for necessário, por exemplo, quando a escola recebe um recurso maior como o PDDE e o PROEMI (Programa Ensino Médio Inovador). Os membros são representantes dos professores, funcionários, alunos, pais, comunidade e o gestor, que é o presidente nato. Esses são escolhidos a cada dois anos com a renovação do conselho através de assembléia, na qual é questionado quem tem interesse de participar e assim os representantes se disponibilizam (PROFESSORA).

Existe o Conselho Escolar. Fazemos reuniões periódicas (mensais e/ou bimestrais), sempre que surge a necessidades, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, como no caso do PDDE ou de algum problema

que aconteça na escola. O conselho executa a democracia representativa, sendo dois representantes para os alunos, os professores, os funcionários e os pais, bem como com uma gestora e uma tesoureira. Esses membros são escolhidos através de votação, quando há muitos candidatos (DIRETORA).

A questão da representatividade no CE configura-se como uma dimensão importante para o processo da gestão participativa, uma vez que, por meio da presença dos diferentes segmentos, as vozes são ouvidas e possibilitam, quando o CE é ativo e vivencia as características da democracia, interação entre os envolvidos para a melhoria da escola e de suas problemáticas. Nesse sentido, o CE, órgão máximo da escola, é um mecanismo relevante para a construção de propostas pedagógicas e para o planejamento da organização escolar, bem como para a vivência de processos formativos que contribuam para a compreensão das concepções de homem, de mundo e de sociedade que a instituição tem e/ou pretende vivenciar (BRASIL, 2004).

O envolvimento de todos os segmentos no CE e na organização da escola é um aspecto que evidencia a gestão democrática no cotidiano e na prática educativa, isso porque o CE beneficia-se com a existência de “outros espaços de participação na escola, como o grêmio estudantil, as associações de pais, professores etc. A participação nesses espaços contribui para a aprendizagem da função política da educação e para o aprendizado do jogo democrático” (BRASIL, 2004, p. 45).

O fortalecimento do CE é outra dimensão que a participação possibilita por meio da organização política e representativa, configurando-se como a voz da comunidade local e escolar na construção de espaços democráticos, os quais têm representantes de diferentes segmentos. Para tanto, as formas de escolha e a implantação ou consolidação do CE e de outras instâncias de participação constituem aspectos relevantes para a democratização dos processos decisórios, viabilizando a vivência de uma nova cultura nas escolas, através do aprendizado coletivo e do compartilhamento do poder (BRASIL, 2004).

Na perspectiva de Luiz e Gomes (2014, p. 24), para que o CE consiga vivenciar as ações que lhes são atribuídas, é necessário

[...] que ocorram mudanças na escola, visto que não adianta simplesmente convocar os educadores e a comunidade externa para participar, é preciso quebrar regras e normas rígidas que a escola, muitas vezes, impõe para dar espaço a posicionamentos mais reflexivos, com maior participação, de forma coletiva, evidencia-se o funcionamento do CE para a qualidade da educação.

Sobre as atribuições do CE, no contexto em análise, os depoimentos das participantes apontaram que a maior ênfase do órgão máximo da escola está centrada na dimensão da gestão financeira, no entanto desenvolvem outras atividades referentes ao processo de organização da escola:

O Conselho Escolar exerce o papel de fiscalizar os recursos destinados a escola, de legislador na elaboração do Regimento Interno e de acompanhamento pedagógico. Dessa forma, contribui na organização da escola, pois muitas vezes o gestor da instituição acaba se dedicando mais na realização de uma única atividade e não consegue observar outras ocorrências que estariam acontecendo no espaço escolar. Com isso, os demais representantes do CE apresentam mais informações sobre o que acontece no dia a dia da escola, destacando os problemas e buscando possíveis soluções (DIRETORA).

O CE tem muitas atribuições, pois é o órgão máximo de tomada de decisões em uma escola, como participar na elaboração do PPP e do Regimento Escolar e principalmente decidir sobre a aplicação dos recursos, de acordo com as prioridades e necessidades da escola (PROFESSORA).

Dentre as diversas atividades do CE, cabe destacar que a responsabilidade de maior visibilidade, apontada pelas participantes, é a função de fiscalização. Nessa atividade, o CE verifica a prestação de contas a fim de perceber se as contas estão de acordo com as normativas exigidas, bem como se os recursos financeiros foram gastos de acordo com a decisão coletiva realizada nos encontros anteriores. O estudo de Silva (2015), desenvolvido na capital alagoana sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) analisou que o colegiado escolar é o órgão que planeja toda a organização burocrática, financeira e pedagógica da escola, sendo, portanto, um instrumento da gestão democrática. Nos apontamentos de Silva (2015) é possível notar que:

Uma vez que a escola é vista como uma instituição que pode ter autonomia e o Estado viabiliza oportunidades de democratização e condições pedagógicas e financeiras, há significativas mudanças nas práticas educativas. A equipe escolar tem como planejar e possibilitar meios que norteiem uma educação para cidadania, que prepare para vida, que faça o aluno enxergar o mundo que o cerca e ser crítico para mudar a realidade. Porém, para que isso possa acontecer, é fundamental ter profissionais qualificados, tendo a instituição, autonomia pedagógica, financeira e administrativa e uma concepção de gestão que viabiliza a prática da liberdade, organização que auxilie nas decisões por meio de órgãos colegiados como o conselho escolar, de modo que esses sejam atuantes e estejam prontos para discutir com a equipe escolar estratégias para possibilitar uma educação de boa qualidade.

Percebe-se que o CE assume ampla responsabilidade no processo de organização e direcionamento das práticas educativas, sendo importante que suas funções

deliberativa, consultiva, fiscalizadora e mobilizadora sejam vivenciadas simultaneamente para contribuir com a educação almejada pela equipe das instituições. Na escola em análise, as participantes da pesquisa compreendem o CE como um mecanismo relevante de vivência e decisão coletiva, especialmente quando se trata da elaboração do projeto político pedagógico (PPP) e do Regimento Escolar.

A participação do CE na elaboração dos instrumentos citados pelas participantes possibilita a construção coletiva da identidade da escola e de suas práticas educativas, destacando-se o PPP e o Regimento Escolar, os quais sinalizam as diretrizes que norteiam as regras da instituição por um viés democrático, apresentando as demandas e as visões de diferentes segmentos que compõem a escola.

A efetiva atuação do CE proporciona uma interação e uma satisfação para os conselheiros que têm o poder de opinar, decidir e avaliar. Assim, na medida em que participam sabem que seu papel é relevante para o andamento da instituição, bem como sem a sua atuação a escola não fica completa nos processos de decisão. É necessário fazer com que os conselheiros sintam-se valorizados, especialmente, nos momentos de avaliação e decisão coletiva, visto que “no conselho escolar deve haver uma relação horizontal entre os envolvidos” (BRUEL, 2010, p. 65).

A valorização dos conselheiros se dá na medida em que todos são consultados e têm vez e voz nos momentos decisórios. Ressalta-se, ainda, que o processo de decisão acontece a partir das demandas da escola. Assim é preciso que os envolvidos estejam cientes das problemáticas cotidianas e sejam integrantes das questões norteadoras que direcionam as práticas escolares. Outra dimensão que contribui para a valorização dos conselheiros é a formação continuada desses participantes, com a finalidade de compreenderem o seu papel e terem mais conhecimento sobre a organização escolar.

As participantes da pesquisa também relataram algumas dificuldades enfrentadas para a vivência do CE. Segundo elas:

A principal dificuldade é a busca por seus representantes, sendo muitas vezes necessário “adular” as pessoas para participarem, pois muitos desconhecem a importância do CE. As pessoas têm medo de participarem e perder, por exemplo, algum benefício do governo, principalmente se for para representar o tesoureiro, que precisa ir ao banco assinar documentos. Além disso, há também a falta de disponibilidade de todos os participantes estarem presentes nos dias das reuniões (DIRETORA).

A principal dificuldade é encontrar representantes para todos os setores que o compõem. Além disso, na distribuição dos recursos, pois são

muitas as demandas da escola e assim fica difícil onde aplicar esses recursos (PROFESSORA).

De acordo com as participantes da pesquisa, é difícil encontrar pessoas dispostas a participar do CE, isso porque a maioria não quer ter responsabilidade com as questões políticas da escola. Sabendo da dificuldade de ter representantes engajados no CE da escola a gestora, tenta incentivá-los mostrando a relevância desse órgão para a comunidade escolar. Por meio desse aspecto, pode-se perceber que o comprometimento dos familiares, da comunidade e, às vezes, dos próprios profissionais da educação, não é favorável para a construção de espaços democráticos e participativos, os quais requerem comprometimento.

A educação é uma dimensão favorável para as mudanças social, política, cultural e econômica, mas é preciso a contribuição de todos os envolvidos para alcançar os seus objetivos. Por meio do CE, possivelmente, se constroem mecanismos de cobranças, de resistências e de enfretamento das problemáticas locais, sendo necessária a participação dos diferentes setores e segmentos com a finalidade cumprir sua função social.

A professora destacou, ainda, que as dificuldades acerca do CE, referem-se às decisões acerca dos materiais em que serão empregados os recursos que chegam à escola, uma vez que são muitas as demandas e o dinheiro não é suficiente para atender as necessidades da escola. Desse modo, geram-se impasses na definição de prioridades, haja vista que diferentes segmentos têm demandas distintas. O comprometimento com o financiamento da educação pelo Estado é uma discussão antiga, a qual apresenta resultados insatisfatórios para a comunidade local e escolar.

A educação é um direito constitucional, portanto, a sua oferta é responsabilidade do Estado, o qual deve atender a todas as suas necessidades. A democratização da educação pública é um desafio, especialmente quando se trata de regiões mais vulneráveis economicamente, sendo necessário que os entes da federação possam assumir, por meio do regime de colaboração, a oferta e a permanência dos estudantes na educação básica. Nesse cenário, o CE é um órgão importante para reivindicar ações que contribuam com a melhoria da qualidade escolar, a partir da demanda local, desde que seja um mecanismo coeso e tenha em sua estrutura participantes envolvidos e comprometidos com a melhoria da educação pública.

É necessário vencer os obstáculos que atrapalham o andamento das práticas organizativas da escola, superar os desafios e envolver a comunidade local e escolar

nessa conflitante tarefa, tendo como caminho a concepção de homem, sociedade e mundo construída coletivamente por todos que compõem a escola. De um modo geral, o CE torna-se o órgão responsável na condução dessa proposta educativa, uma vez que tem diferentes segmentos em sua composição.

Considerações finais

As discussões apresentadas sinalizaram reflexões favoráveis para a compreensão dos dilemas e dos entraves que são vivenciados no dia a dia da escola pública, em especial quando se pensa acerca da vivência das práticas democráticas e compartilhadas da gestão escolar. Os caminhos teóricos e metodológicos foram coerentes e possibilitaram uma análise acerca da temática que movimentou as nuances e as complexidades da escola pública, com foco no estudo de caso por meio de uma instituição da rede estadual do Piauí, localizada no município de São Raimundo Nonato.

As primeiras reflexões surgem sobre o papel da escola pública no cenário social. Essa instituição favorece relevantes contribuições para a sociedade e para as crianças, jovens e adultos que estão em seu cotidiano diariamente. No entanto, os resultados desse estudo apontam que há carência de participação da comunidade local, dos profissionais, dos familiares e responsáveis, a fim de contribuir na construção de um projeto escolar planejado e vivenciado por todos.

É possível perceber a falta de mobilização dos diferentes segmentos no depoimento da gestora, acerca do que seria preciso mudar na realidade da escola pública, quando esta destacou: “mudaria a sensibilização de seus participantes, para que esses possam reconhecerem a importância de fazer parte do CE, pois as pessoas não querem participar e assumir essa responsabilidade” (DIRETORA). Desse modo, a luta instaurada pelos movimentos sociais e pelos profissionais da educação na década de 1970 precisa ser reavivada para que novos movimentos e novas organizações sintam-se mobilizados para lutar por dias melhores na educação pública brasileira, sendo o CE o mecanismo propício para esse fim.

Os principais resultados da pesquisa apontaram que: a) o CE realiza as reuniões periódicas para cumprir com o seu papel de órgão máximo da escola; b) a principal função desenvolvida pelo CE está relacionada à gestão financeira, desconsiderando às demais dimensões; c) há pouco entusiasmo da comunidade local e escolar para participar do CE; e, por fim, d) o CE é visto como um mecanismo de organização da

escola, sendo necessário investir na formação continuada para os conselheiros, a fim de que compreendam a relevância de sua função.

No cenário atual, são necessários e urgentes estudos que contribuam com a reflexão sobre a participação e a mobilização das pessoas nos diferentes espaços sociais. A escola não fica alheia a essa demanda, pois os retrocessos políticos e educacionais são intensos, sendo necessária a mobilização de toda a sociedade na configuração de lutas para barrar as políticas que são contrárias aos interesses da educação pública, laica, inclusiva, democrática e referenciada socialmente. A gestão democrática é uma importante concepção de educação pública, a qual compartilha poderes e tensões, satisfazendo aos interesses de um projeto de educação para todos. É necessário resistir e lutar para a construção desse modelo de educação pública em tempos sombrios e de retrocessos políticos, sociais, culturais e educacionais como os atuais. Eis, portanto, o desafio!

Referências

- AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Conselhos escolares - Espaço de cogestão da escola. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 173-183, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.
- BRASIL. **Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Conselhos escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (1996)**. Biblioteca Digital da Câmara dos deputados. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014**: Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014.
- BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2010.
- CARTA DE GOIÂNIA. IV Conferência Brasileira de Educação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 25, p. 5-10, dez. 1986.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo**. Sentidos e Formas de Uso. Cascais, Portugal: Editora Principia, 2006.
- GUTIERREZ, Gustavo L.; CATANI, A. M. Participação e gestão escolar: conceitos e potencialidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LUIZ, Maria Cecília; GOMES, Ronaldo Martins. Teoria do Reconhecimento e Conselho Escolar: subsídios para a compreensão e constituição da gestão democrática. In: RAMOS, Daniela Karina (Org.). **Conselho escolar e gestão democrática:** contribuições de uma formação para cidadania. Nova Petrópolis: Nova harmonia, 2014.

MINTO, Lalo Watanabe. A administração Escolar no contexto da nova república e do neoliberalismo. In: ADREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. **História da administração Escolar no Brasil:** do diretor ao gestor. Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

NARDI, Elton Luiz. Gestão democrática da educação básica: delineamentos da matéria no pós-LDB. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 19, p. 477-492, jul./dez. 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

RAMOS, Daniela Karina. Os conselhos escolares como espaço formativo à cidadania. In: RAMOS, Daniela Karina (Org.). **Conselho escolar e gestão democrática:** contribuições de uma formação para cidadania. Nova Petrópolis: Nova harmonia, 2014.

RISCAL, S. A. Considerações sobre o conselho e seu papel mediador e conciliador. In: LUIZ, M. C. (Org.). **Conselho escolar:** algumas concepções e propostas de ação. São Paulo: Xamã, 2010.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, v.18, n.2, p.291-304, abr/jun, 2018.

SILVA, Givanildo da. **O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo de descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escolar.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015. 136 p.

*Recebido em Julho de 2018
Aprovado em Setembro de 2018
Publicado em Novembro de 2018*

JORNAL DE

POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 12

Número 21

14 de novembro de 2018



SOME RIGHTS RESERVED

O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de CreativeCommons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)

Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)

Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)

Google Scholar

Index Copernicus

Portal de Periódicos (CAPES)

SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)

Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)

DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 12, número 21 – Novembro de 2018

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Gabriela Schneider (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar GernominoTello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>